



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões

ACÓRDÃO Nº 730/2015

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PUBLICADO(A) NO DODF Nº 246
Em 24/12 de 20 15 PÁGINA(S) 51


Secretaria das Sessões

Ementa: Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis. Determinações de providências corretivas.

Processo nº: 10.894/12 - **Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12.

Nome/Função/Período: Valdir Moysés Simão (Secretário de Estado, no período de 1.1 a 3.11.2011) e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado, no período de 22.11 a 31.12.2011).

Entidade: Secretaria de Estado de Fazenda

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas

Representante do MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Síntese de impropriedades/falhas apuradas:

a) no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9 - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

b) no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:

- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;
- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;
- subitem 3.4 - impropriedades no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais da SEF/DF;
- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;
- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;
- subitem 4.8 - pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço;
- subitem 4.9 - ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF;
- subitem 4.10 - ausência de controle de entrada e saída dos veículos;

Determinações (LC/DF nº 01/94, art. 19): aos atuais administradores e responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do DF que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas indicadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto à Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, em **julgar regulares com ressalva** as contas em apreço e **dar quitação** aos responsáveis indicados, com as



determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

Ata da Sessão Ordinária nº 4832, de 08 de dezembro de 2015.

Presentes os Conselheiros Renato Rainha, Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por unanimidade.


Representante do MPjTCDF presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.



ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Presidente



JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator



DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE
Procurador-Geral em exercício do
Ministério Público junto à Corte